



**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**  
**PROCESSO nº 02586/2017**

**AVISO**

Encontra-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço, com a finalidade de selecionar propostas **para prestação de serviços ambulatorial de diagnose por radiologia, destinados aos usuários do SUS, oriundos do Departamento de Clínicas Especializadas - DCE/SSRA/SS, considerando as normas e diretrizes da Portaria SVS/MS nº 453 de 1998, Lei nº 7394/1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dão outras providências; bem como a Resolução CONAMA nº 358 de 2005, a RDC da ANVISA nº 306/2004, RDC 50/2002 – ANVISA, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.**

Regem a presente licitação a Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.596/02, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá **no dia 17 (dezessete) de abril de 2017, às 9h (nove) horas**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Propostas de Preços e nº 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em arquivo digital, mediante entrega de um CD/DVD ou pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico <http://www.pjf.mg.gov.br/>. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, via e-mail – [pregaopresencial@pjf.mg.gov.br](mailto:pregaopresencial@pjf.mg.gov.br) - ou via fax – (32)3690-8184, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. **Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (32) 3690-8190 ou (32) 3690-8494.**

Juiz de Fora, 31 de março de 2017.

Comissão Permanente de Licitação

**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**  
**PROCESSO nº 02586/2017**

A **Comissão Permanente de Licitação**, com sede na Avenida Brasil, 2001, 6º andar, Juiz de Fora/MG, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial**, do **tipo menor preço**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.596/02, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis. Os envelopes, contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra - citado, no dia e hora marcados, quando será realizada a sessão pública de abertura.

## **1 - REFERÊNCIA**

1.1 - PROCESSO nº 02586/2017

1.2 - Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação:

Recursos do **Tesouro Municipal**: (para pagamento do valor processado – complemento à tabela SUS utilizando como referência a tabela ( IPSEMG):

PTRES:104063

Fonte: 0102160000

Natureza de Despesa: 339039

Recurso do **Bloco MAC** (para pagamento do valor processado – tabela SUS):

PTRES: 104063

Fonte: 0214010200

Natureza de Despesa: 339039

## **2 - DO OBJETO**

2.1– É objeto desta licitação a seleção de sociedade empresária especializada **para prestação de serviços ambulatorial de diagnose por radiologia, destinados aos usuários do SUS, oriundos do Departamento de Clínicas Especializadas - DCE/SSRA/SS, considerando as normas e diretrizes da Portaria SVS/MS nº 453 de 1998, Lei nº 7394/1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dão outras providências; bem como a Resolução CONAMA nº 358 de 2005, a RDC da ANVISA nº 306/2004, RDC 50/2002 – ANVISA, conforme especificações constantes do Anexo deste edital.**

2.2. A CONTRATADA deverá estar obrigatoriamente credenciada ao SUS, através do cadastro no CNES.

2.3. Os serviços serão prestados, exclusivamente, por profissionais da licitante vencedora, a qual compete todas as despesas com mão de obra.

2.4. Devem ser consideradas todas as Portarias do SUS reguladoras do exercício dos serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde.

2.5. Os exames de diagnóstico por radiologia serão destinados **aos usuários do SUS, oriundos do DCE/SSRA/SS, compreendido pelo DCE Centro e DCE Norte.**



2.6. Nos termos do art. 199 da Constituição Federal e o Art. 24 da Lei 8.080/90, a prioridade na contratação dos prestadores se dará na seguinte ordem: instituições públicas, entidades filantrópicas e entidades sem fins lucrativos, e por último, os prestadores privados com fins lucrativos.

2.7. A empresa deverá apresentar a relação nominal dos procedimentos a serem ofertados, bem como o quantitativo.

2.8. Serão considerados na avaliação os prestadores privados que mais atenderem ao interesse público, considerando-se para a avaliação dos serviços, os critérios técnicos e os fatores relativos à qualidade do serviço requerido.

2.9. A contratada deverá estar localizada próxima do Departamento de Clínicas Especializadas (PAM Marechal – Rua Marechal Deodoro 496 – Centro), com vistas a facilitar o acesso da população referenciada; acesso facilitado para pacientes com dificuldades de locomoção (elevador, escada rolante, rampa)

2.10. Deverá sobressair sobre as demais às empresas que atender todos os grupos de procedimentos licitados, bem como as exigências elencadas abaixo:

- Qualidade da apresentação de resultado exame com emissão de laudo;
- Procedência dos pacientes com a informação de hora/data exame realizado, observando o tempo;
- Tempo para realização/resultado;
- Recepção do paciente/relatório atendimento via sistema de informação a ser encaminhado semanalmente para Secretaria de Saúde/Subsecretaria de Regulação.

2.11. A contratada deverá garantir o quantitativo de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas para execução dos serviços, em conformidade com o horário de atendimento (de 7 às 18 horas.), de segunda a sexta-feira.

### **3 - LOCAL, DATA, E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES**

3.1. A abertura desta licitação ocorrerá no dia e hora marcados, indicados no Aviso do Edital, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Propostas de Preços e nº 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

3.2 - Não será permitida a entrega de envelopes ou quaisquer outros documentos através de via postal, fax, e-mail e similares, exceto remessa de desistência de recurso administrativo.

### **4 – DO CREDENCIAMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 - O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio (dirigente/proprietário) ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, em ambos casos **se exigirá apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social.**

4.1.1. A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta, também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

4.1.1.1. Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a Comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, ofertar lances, bem como praticar

os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

**4.2** – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo IV.

**4.3** – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo IV.

**4.4.** É vedada a participação:

a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução; liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial;

b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

## **5 – DA PROPOSTA DE PREÇO**

**5.1** - A Proposta de Preços deverá ser digitalizada ou impressa eletronicamente em papel com identificação da sociedade (s) empresária (s), em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal, as indicações:

**CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**  
**ENVELOPE “01” – PROPOSTA DE PREÇOS**  
**RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:**  
**CNPJ:**

**5.2** - Na Proposta de Preços deverá constar:

**5.2.1** – Declaração expressa de prazo de validade, não inferior a **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data da abertura do envelope “01”;

**5.2.2** - Preço unitário para cada exame realizado e global, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, sendo os valores relativos a cada item (unitário e global) em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo duas casas decimais, considerando as condições deste Edital;

**5.2.3.** Detalhamento dos Equipamentos que serão utilizados;

**5.2.4.** Detalhamento dos equipamentos de proteção individual (EPI) que serão utilizados pelos profissionais.

**5.2.5.** Apresentar a Tabela com a relação de exames, conforme Anexo I-A



5.3- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas que ofertarem alternativas.

5.4- A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.5 - Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

5.6 - Todos os insumos que compõem o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente.

## **6 - DA HABILITAÇÃO**

6.1 - Para habilitação, deverá a sociedade (s) empresária (s) **vencedora** apresentar, no envelope nº 02 – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 1 (uma) via e em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

6.1.1 – Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação, **preferencialmente**, com no mínimo uma hora antes do início da sessão de abertura da licitação.

6.1.2 - Não serão aceitos protocolos nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.3 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

6.1.4 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será **de 60 (sessenta) dias** corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado de Capacidade Técnica.

6.1.5 - Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**CPL- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**  
**ENVELOPE “02” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:**  
**CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

### **6.2 – Documentos relativos à habilitação jurídica:**

6.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.2 - Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;



6.2.3 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade (s) empresária (s) ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.2.4 - Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme Anexo VII:

6.2.4.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

6.2.4.2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

6.2.4.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

6.2.4.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

6.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

6.2.5 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Anexo VI.

6.2.6 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme Anexo V.

### **6.3 – Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:**

6.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

6.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

6.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

6.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

6.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho,



aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**6.3.7** – Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**6.3.7.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**6.3.7.2** – A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

#### **6.4 – Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

6.4.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As sociedades empresariais com menos de um exercício financeiro, devem cumprir esta exigência mediante a apresentação do Balanço de abertura, ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

6.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

6.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

6.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

6.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 6.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.



6.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC ..... maior ou igual a 1(um)

6.4.2.1. O item 6.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

6.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.

6.4.3.1. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

6.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social integralizado de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

## 6.5 – Documentos relativos à qualificação técnica:

6.5.1 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

6.5.2. Comprovação de inscrição no CRTR - Conselho de Técnicos em Radiologia com autorização para exercício da atividade na jurisdição da 3ª Região, bem com a comprovação dos últimos 03 anos.

6.5.3. Apresentar a documentação de Licença Ambiental para retirada de resíduos químicos, juntamente as devidas certidões reconhecidas pelos órgãos competentes, ou contrato com empresa devidamente licenciada e autorizada pelos órgãos competentes a recolher e transportar os resíduos oriundos da prestação dos serviços.

6.5.4 - Apresentar relação de profissionais que atuarão no serviço, com as respectivas comprovações de que possuam especialização para realização dos serviços, através de certificado emitido pelo órgão regulador da profissão, bem como comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade e devidamente cadastrados no CNES.





6.6 - Não tendo a sociedade (s) empresária (s) classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade (s) empresária (s) seguinte na ordem de classificação.

6.7 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**6.8 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3, 6.3 e 6.4.3, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.**

6.9 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

6.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

6.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

6.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

6.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

## **7- DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO**

7.1 - Aberta a Sessão, os interessados, ou seus representantes legais, entregarão ao Pregoeiro, devidamente lacrados, os envelopes nº 01 e nº 02.

7.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.3 - Serão abertos, pelo Pregoeiro, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.3.1 – Havendo diferença entre o preço unitário e o seu correspondente preço global, prevalecerá o cotado em preço unitário cabendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

7.3.2 - Os erros aritméticos serão corrigidos da seguinte forma:

a) Em caso de discrepância entre o preço global e o preço unitário pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, prevalecerá o preço unitário, sendo corrigido o preço total;



b) Em caso de discrepância entre o valor por extenso e as respectivas cifras, prevalecerá o valor por extenso. Caso o proponente não aceite a correção dos erros a sua proposta será desclassificada.

7.4 - No curso da Sessão, o Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e, subsequentemente, as que contenham valores não superiores a 10% (dez por cento) da de menor preço.

7.5 - Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no item anterior, o Pregoeiro classificará, dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subsequentes, para que seus autores participem de lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.6 - Para oferta de lances, o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de maior preço, e as demais, em ordem decrescente de valor.

7.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita.

7.8 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.9 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.10 – Ao final dos lances, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, será igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item.

**7.10.1 - Após aplicação do percentual de desconto, conforme item anterior, o valor total apurado poderá sofrer arredondamento, que será sempre realizado para o valor menor imediato.**

**7.10.2. Quando solicitado pelo Pregoeiro, a proponente que ofertou o melhor lance e que atenda às condições de habilitação deverá apresentar a planilha de preço adequada no prazo de até 02 (dois) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, na qual o valor deverá ser igual ou menor (se for necessário arredondamento de valores) ao lance vencedor.**

7.11 - Caso não se realizem lances verbais, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, QUANTO AO OBJETO E VALOR, e uma vez aceita a proposta dará sequência ao procedimento para análise do atendimento às condições de habilitação.

7.12 - Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "6" deste Edital.

7.13 - Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

7.14 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.

7.15 - Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o Pregoeiro negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16 - Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os proponentes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos proponentes, na forma do art. 48, § 3º da Lei n.º 8.666/93, prazo para apresentação de nova proposta ou documentação, em Sessão Pública a ser definida pelo Pregoeiro.

7.17 - Qualquer proponente, desde que presente ou devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido **prazo de 03 (três) dias** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

7.17.1 - Os recursos deverão ser entregues na Comissão Permanente de Licitação, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

7.17.2 - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por intermédio do pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.

7.18- Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

7.19 - Nessa Sessão, o Pregoeiro dará continuidade ao certame, atendendo às regras e condições fixadas neste Edital.

7.20 - A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na Sessão, importará na DECADÊNCIA do direito e na continuidade do certame pelo Pregoeiro, atendendo às regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

7.21 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os proponentes presentes.

7.22 - É facultado ao Pregoeiro no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

**7.23** – Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

**7.23.1** – Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

**7.23.2** –A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

**7.23.3** – O novo lance que porventura for manifestado respeitando o item anterior deverá ser inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que o objeto será adjudicado em favor da detentora deste novo lance, ou seja, a microempresa ou empresa de pequeno porte que tiver exercido seu direito nos termos do inciso I do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06;

**7.23.4** – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



**7.23.5** – No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 7.23.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

**7.23.6** – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 7.23.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**7.23.7** – O procedimento previsto no item 7.23 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

7.24. Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo após esse prazo expurgados.

## **8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

8.1 - Será considerada vencedora a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com especificado no Anexo I** deste Edital.

**8.1.1 - 4.6. Os preços unitários ofertados pelos proponentes em sua proposta inicial NÃO PODERÃO SER SUPERIORES aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.**

8.2 - O objeto deste PREGÃO será adjudicado ao proponente cuja proposta seja considerada vencedora e que atenda as condições de habilitação.

8.3 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se-á, **OBRIGATORIAMENTE**, por **SORTEIO**, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93, ressalvada a observância da Lei Complementar nº 123/06, quando for o caso.

## **9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

9.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o **2º (segundo)** dia útil que anteceder a data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois da abertura dos envelopes de proposta ou habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

9.3 - A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

## **10 - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA**

10.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.



10.2- A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

10.3 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

10.4 - Decorrido o prazo do item 10.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

10.4.1- Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

10.4.2 - Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.4.3 - A multa de que trata o item 10.4.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **11 – DO CONTRATO ,DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

11.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

11.4.. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta continue se mostrando a mais vantajosa para a Administração, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes.

### **3.5. Do reajuste do contrato:**

3.5.1 – O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

3.5.2 – Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

3.5.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

3.5.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

### **3.6. DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

3.6.1. Ao iniciar a execução, a Contratada deverá apresentar relação dos profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem especialização na área em questão, através de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade.

3.6.2. As guias de encaminhamentos deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, em consonância com as determinações legais, especialmente em relação ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria.

3.6.3 A guia de autorização do procedimento deverá, obrigatoriamente, estar autorizadas pelo setor responsável da Secretaria de Saúde/Subsecretaria de Regulação.

3.6.4. A qualquer tempo, o município poderá fiscalizar e solicitar as comprovações de que os funcionários da empresa possuem situação regular perante ao INSS, FGTS e CRM e que atendam aos requisitos deste instrumento. O município, sempre que julgar oportuno, fará avaliações da qualidade dos serviços prestados, seja com relação às imagens obtidas, ao atendimento aos pacientes, ao acatamento às orientações da fiscalização e ao trato com os funcionários do SUS.

3.6.5. O serviço deverá ser executado de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora.

3.6.6. Caberá a(s) contratadas(s) apresentar relatório circunstanciado com a capacidade instalada, contendo relação de profissionais, equipamentos disponíveis, etc.

3.6.7. As clínicas serão obrigadas a manter os prontuários dos pacientes atendidos, nos quais devem ser anotados os dados dos pacientes, pessoais e clínicos.

3.6.8. Os prestadores não poderão transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato, salvo autorização, por escrito, da SS/PJF, sob pena de rescisão do contrato.

3.6.9. Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF.

3.6.10. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da SS.

3.6.11. Utilizar o sistema SIA/SUS, através do BPA Magnético, para apresentação da produção mensal.

3.6.12. Atendimento da RDC nº 50/2002, nos casos em que couber.

3.6.13. Deverá ser enviado, semanalmente, ao Departamento de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - DADT/SSR relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data e procedimento realizado, o qual deverá ser apresentado através de sistema de informação.

3.6.14. Os serviços deverão seguir as normatizações do manual do SIA/SUS e o cronograma de entrega da produção estipulado pelo Ministério da Saúde.





3.6.15. O prestador de serviços deverá garantir o número de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas, para execução dos serviços, atendendo aos quantitativos de equipamentos necessários.

3.6.16. Afixar aviso em locais visíveis sua condição de entidade integrante dos SUS.

## **12 – DAS PENALIDADES**

12.1- Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

12.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

12.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

12.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

12.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 12.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

12.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 12.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

12.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

12.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperação judicial e extrajudiciais da Contratada;



- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

12.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

12.10. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

### **13 - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **13.1 – Da Unidade Requisitante:**

**13.1.1 -** Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

**13.1.2 –** Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

**13.1.3 -** Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

**13.1.4 -** Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

**13.1.5 -** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

**13.1.7 -** Impedir que terceiros prestem os serviços objeto deste edital.

**13.1.8 -** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

**13.1.9-** Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

#### **13.1.10 - Compete ao, ainda ao Município :**

a) Compete às autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o licenciamento dos serviços que empregam os raios-X diagnósticos, assim como a fiscalização do cumprimento deste regulamento, sem prejuízo da observância de outros regulamentos federais, estaduais e municipais supletivos sobre a matéria.



b) Verificar o registro no Ministério da Saúde dos equipamentos de raios-X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa “bucky”, “bucky” mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico.

c) O Gestor do contrato será o Subsecretário de Redes Assistenciais e o Fiscal será o Gerente do Departamento de Clínicas Especializadas, que ficaram responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços, e a quem caberá promover a qualquer tempo auditorias destinadas a comprovação da adequada execução dos serviços, em conformidade com os quantitativos estabelecidos e padrões de qualidade exigíveis; remeter advertências à contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.

d) Periodicamente vistoriar as instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.

### **13.2 - Da Sociedade Empresária Vencedora:**

**13.2.1** – Executar, pelo preço contratado, os serviços objeto deste edital, segundo as necessidades e requisitos da Unidade requisitante.

**13.2.2** – Executar o objeto especificado na **ordem de serviço**, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste edital.

**13.2.3** - Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

**13.2.4** – Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**13.2.5** - Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**13.2.6** - Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**13.2.7** - Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

**13.2.8** - Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos serviços executados.

**13.2.9** - Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

**13.2.10** - Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.2.11 - Compete, ainda, à empresa contratada, sem ônus adicional para o Município:**

**13.2.11.1 Quanto ao pessoal:**



- a) Realizar os exames acima especificados e emitir os laudos pelos profissionais habilitados pelo órgão de classe correspondente, com prazo de, no máximo, 48 horas, ressalvando os casos de urgência que deverá ser emitido de IMEDIATO.
- b) Providenciar manutenção preventiva mensal, o qual deverá ser apresentado através de relatório a ser entregue à Secretaria de Saúde com igual periodicidade, e corretiva, em até 24hs da ocorrência de defeito nos equipamentos utilizados para realização dos serviços.
- c) Todos os exames realizados serão acondicionados em embalagem própria ao serem entregues aos pacientes.
- d) Fornecer toda a mão de obra, equipamentos e insumos necessária a elaboração dos exames.
- e) Tratar os usuários do SUS, funcionários da Prefeitura, representantes dos Conselhos de Saúde e Ouvidoria com zelo e distinção.
- f) Afastar do serviço do SUS/Juiz de Fora, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável.
- g) Cumprir todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso dos equipamentos de segurança por seus empregados; implementando uma estrutura organizacional de modo a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de segurança.
- h) O município, sempre que julgar oportuno, fará avaliações da qualidade dos serviços prestados, seja com relação ao detalhamento dos laudos, ao atendimento aos pacientes, ao acatamento da fiscalização e ao trato com os funcionários do SUS.
- i) Cumprir todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso de equipamentos de segurança por funcionários e usuários, quando necessário.
- j) Executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com o que dispõe na Lei Federal nº 7.394/1985.
- k) Compelir os funcionários a se apresentarem uniformizados e identificados, de acordo com as respectivas funções.
- l) Responsabilizar-se pela totalidade do pessoal para execução dos serviços, ficando claro que o Município, através da Secretaria de Saúde, não fornecerá pessoal, mesmo que em caráter temporário.
- m) Emitir, obrigatoriamente, os laudos radiográficos, Indicando médico radiologista para a emissão de laudos impressos e com cópia em mídia magnética, no prazo máximo de 48 horas, ressalvando os casos de urgência que deverá ser emitido de IMEDIATO.

## **9.2 Quanto aos equipamentos/insumos:**

- a) disponibilizar equipamentos novos, comprovado por nota fiscal, que atendam as exigências da ANVISA e demais legislações sobre a matéria;
- b) disponibilizar o quantitativo de equipamentos necessários à prestação de um serviço de qualidade, de acordo com o perfil e demanda.



- c) fornecer todo o material necessário à realização dos exames tais como filmes do tipo base verde sem janela, películas, reveladores e fixadores, filmes e químicos, chassis e equipamentos de proteção individual e outras da mesma natureza, necessários à execução dos serviços de raio-x;
- d) fornecer mão de obra para higienização e limpeza das salas onde serão realizadas os exames;
- e) prover vestimentas de proteção individual para a proteção dos pacientes, da equipe e de eventuais acompanhantes;

### **9.3 Quanto à organização/operacionalização e às obrigações legais:**

- a) manter o controle de áreas do serviço: as salas onde se realizam os procedimentos devem possuir barreiras físicas com blindagem suficiente para garantir a manutenção de níveis de dose baixas, não ultrapassando os níveis de restrição de dose estabelecidos em regulamento;
- b) medir periodicamente, de acordo com as normas de segurança e diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico, o nível de radioatividade emitido pelos equipamentos no ambiente;
- c) implementar o programa de garantia da qualidade e manter os assentamentos dos dados obtidos, incluindo informações sobre ações corretivas; bem como apoiar o SPR nos programas de garantia de qualidade da imagem e otimização da proteção radiológica;
- d) manter um sistema de assentamento de dados, conforme discriminado em Regulamento, sobre os procedimentos radiológicos realizados, sistema de garantia da qualidade, controle ocupacional e treinamentos realizados;
- e) zelar pela integridade dos assentamentos por cinco anos, exceto de dados de monitoração individual que devem ser armazenados por um período mínimo de 30 anos após o término da atividade com radiação, exercida pelo indivíduo monitorado. Poderão ser utilizados meios adequados e armazenamento digital;
- f) estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem e verificar a sua manutenção, em conformidade com as Normas para Processo de Avaliação NR: NA 6/1 – ONA;
- g) o programa de garantia de qualidade deverá incluir, o assentamento dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos, assim como a documentação e verificação dos procedimentos operacionais e das tabelas de exposição, considerando os requisitos de proteção radiológica estabelecidos no Regulamento;
- h) manter a atualização do Relatório de Levantamento Radiométrico e Medida de Radiação de Fuga e Relatório de Testes de Constância de todos os equipamentos (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998);
- i) possuir inscrição no CRTR- Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, com autorização para o exercício da atividade na 3ª Região, comprovação mínima dos últimos 03 anos;
- j) fornecer um Plano Operacional Padrão (POP) da destinação final dos resíduos químicos, considerando o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (RDC 306 de 07/12/2004 e Resolução CONAMA 358/2005;
- k) assegurar à autoridade sanitária livre acesso a todas as dependências do serviço e manter à disposição todos os assentamentos e documentos especificados em regulamento (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998);
- l) investigar causas de desconformidade com as leis que regulam o exercício da atividade, identificando circunstâncias e consequências, adotando, ainda, as medidas cabíveis para corrigir as falhas detectadas e



prevenir a recorrência de infrações similares, com apresentação de medidas corretivas das não-conformidades;

m) possuir memorial descritivo de proteção radiológica que deverá conter, no mínimo: descrição do estabelecimento e de suas instalações – identificação do serviço e de seu responsável legal;

n) descrição detalhada dos equipamentos e componentes (modelo, nº de série, nº de registro no MS, tipo de gerador, ano de fabricação, data de instalação, mobilidade e situação operacional);

o) descrição dos sistemas de registro de imagem (sistema digital, outros);

p) descrição de câmara escura, incluindo sistema de processamento;

q) responsabilizar-se pelo descarte de todo material usado (exemplificativamente: revelador, fixador e invólucros de películas).

r) garantir 1 local de realização dos exames de raio x oriundos do DCE Centro na região central de Juiz de Fora, preferencialmente no bairro Centro, e 1 local de realização dos exames oriundos do DCE Norte na região Norte, preferencialmente no bairro Benfica;

s) responder exclusiva e integralmente pelos espaços físicos destinados à realização dos exames de raio x oriundos do DCE Centro e DCE Norte, incluídos aluguéis, taxas de condomínio, energia elétrica, água, telefone, limpeza e manutenção predial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF;

## **14 – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

14.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços entregues será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

14.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

14.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste Edital, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **15 - DO PAGAMENTO**

15.1 - Os pagamentos estão condicionados à apresentação e processamento da produção conforme cronograma estabelecido pela Secretaria de Saúde e do Ministério da Saúde, observados os seguintes procedimentos:

a) Os serviços realizados deverão ser apresentados para processamento no Sistema DATASUS (SIA) para aprovação, conforme cronograma estipulado pelo Departamento de Cadastro, Contratos, Convênio e Programação Assistencial - DCCCPA/SSR/SS, em observância ao cronograma de envio da Base de Dados ao Ministério da Saúde/DATASUS, para efetivação do pagamento pelo Departamento Orçamentário, Financeiro e Contábil (DOFIC/SSAF/SS), conforme valor aprovado pelo Sistema.

b) A nota fiscal será emitida após o processamento da produção pelo sistema DATASUS, consoantes valores aprovados pelo sistema.





- c) Todas as notas fiscais deverão vir acompanhadas das certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- d) Os valores a serem pagos observarão o valor unitário da Tabela SUS - SIGTAP para cada procedimento realizado e aprovado pelo sistema (SIA).
- e) O pagamento será efetuado por crédito em conta-corrente, na agência bancária indicada pela contratada no CNES, após o processamento e aprovação da produção pelo DCCCPA/SSR, através do Sistema- SIA, condicionado ao repasse dos recursos ao teto MAC pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde e o valor complementar ao recurso do Tesouro.
- f) o pagamento será liberado após o processamento da produção pelo Departamento de Cadastros, Contratos, Convênios e Programação Assistencial/SSR, mediante apresentação das notas fiscais e comprovantes dos procedimentos autorizados pelo SUS.

15.2. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

15.2.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 15.2. ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

15.2.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

15.2.3. Quando ocorrer a situação prevista no item 15.2.2, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

15.2.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

15.3 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

15.3.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS, CND do INSS.

15.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

15.5 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, salvo disposições contidas na IN nº 024/2010 da SRCI/SSCI.

15.6- No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

15.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.8. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.



Observação importante: Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 51/08). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável deverá reter o imposto com base na maior alíquota do Simples Nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

16.8.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: [http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle\\_interno/legislacao.php](http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php).

## **16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes dos proponentes.

16.4 - Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário previsto.

16.5 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a CPL/PJF através do e-mail: [pregaopresencial@pjf.mg.gov.br](mailto:pregaopresencial@pjf.mg.gov.br) ou pelo fax (32)3690-8184, nos dias úteis no horário das 15 às 17 horas.

16.6 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.8 - Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela CPL/PJF obedecida a legislação vigente.

16.9 - Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.

16.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.11- Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado.

Anexo II – Modelo de Credenciamento.

Anexo III – Modelo da Proposta Comercial.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo V - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo VI - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

Anexo VIII – Minuta de Contrato.

*Comissão Permanente de Licitação*

**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E VALOR ESTIMADO**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços ambulatorial de diagnose por radiologia, destinados aos usuários do SUS, oriundos do Departamento de Clínicas Especializadas - **DCE/SSRA/SS**, considerando as normas e diretrizes da **Portaria SVS/MS nº 453 de 1998, Lei nº 7394/1985**, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dão outras providências; bem como a Resolução CONAMA nº 358 de 2005, a RDC da ANVISA nº 306/2004, RDC 50/2002 – ANVISA

2.2. A CONTRATADA deverá estar obrigatoriamente credenciada ao SUS, através do cadastro no CNES.

2.3. Os serviços serão prestados, exclusivamente, por profissionais da licitante vencedora, a qual compete todas as despesas com mão de obra.

2.4. Devem ser consideradas todas as Portarias do SUS reguladoras do exercício dos serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde.

2.5. Os exames de diagnóstico por radiologia serão destinados **aos usuários do SUS, oriundos do DCE/SSRA/SS, compreendido pelo DCE Centro e DCE Norte.**

2.6. Nos termos do art. 199 da Constituição Federal e o Art. 24 da Lei 8.080/90, a prioridade na contratação dos prestadores se dará na seguinte ordem: instituições públicas, entidades filantrópicas e entidades sem fins lucrativos, e por último, os prestadores privados com fins lucrativos.

2.7. A empresa deverá apresentar a relação nominal dos procedimentos a serem ofertados, bem como o quantitativo.

2.8. Serão considerados na avaliação os prestadores privados que mais atenderem ao interesse público, considerando-se para a avaliação dos serviços, os critérios técnicos e os fatores relativos à qualidade do serviço requerido.

2.9. A contratada deverá estar localizada próxima do Departamento de Clínicas Especializadas (PAM Marechal – Rua Marechal Deodoro 496 – Centro), com vistas a facilitar o acesso da população referenciada; acesso facilitado para pacientes com dificuldades de locomoção (elevador, escada rolante, rampa)

2.10. Deverá sobressair sobre as demais às empresas que atender todos os grupos de procedimentos licitados, bem como as exigências elencadas abaixo:

- Qualidade da apresentação de resultado exame com emissão de laudo;
- Procedência dos pacientes com a informação de hora/data exame realizado, observando o tempo;
- Tempo para realização/resultado;



- Recepção do paciente/relatório atendimento via sistema de informação a ser encaminhado semanalmente para Secretaria de Saúde/Subsecretaria de Regulação.

## 2 - Justificativa:

**2.1.** Atender em caráter complementar a demanda do sistema de saúde municipal com a realização de exames de raio-x para os pacientes oriundos do DCE/SSRA, mediante autorização, excluída a produção dos prestadores contratados (públicos e filantrópicos), considerando que os procedimentos relacionados no **Anexo I-A**, tendo como referência o valor da tabela SUS – SIGTAP, cf. documentos também anexados ao processo.

## 3 – Quantitativo estimado:

### Quantitativos de Exames (conforme Anexo 1-A)

OBJETO	SETOR	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL
Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de RAIO-X	DCE/CENTRO	3.614	43.368
	DCE/NORTE	200	2.400
	TOTAL	3.814	45.768

A quantidade de exames é estimada e que a empresa adjudicatária deverá atender a demanda existente, de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora, portanto, poderão ocorrer variações nos quantitativos mensais em conformidade com a demanda, SENDO QUE O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO CONFORME PRODUÇÃO INFORMADA E PROCESSADA NO SISTEMA SIA-SUS.

### 3.2. Valor estimado:

O valor **estimado**, considerando como referência a tabela SUS (SIGTAP), é de **até R\$ 32.815,80/MÊS – R\$ 393.789,60/ANO**. O complemento de valores estimado, tomando como referência a tabela IPSEMG é de **até R\$ 47.401,51/MÊS – R\$ 568.818,12/ANO** para atender usuários SUS/Juiz de Fora, oriundos do DCE/SSRA/SS, compreendido pelo DCE Centro e DCE Norte.

Será realizada complementação dos valores da tabela SUS, da seguinte forma e aplicada a todos os exames constantes no Anexo I-A

:

VALOR TABELA IPSEMG MENOS VALOR TABELA SUS

#### **4 - DAS OBRIGAÇÕES**

##### **4.1 – Da Unidade Requisitante:**

**4.1.1** - Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

**4.1.2** – Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

**4.1.3** - Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

**4.1.4** - Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

**4.1.5** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

**4.1.7** - Impedir que terceiros prestem os serviços objeto deste Termo de Referência

**4.1.8** - Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

**4.1.9**- Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

##### **4.1.10 - Compete ao, ainda ao Município :**

a) Compete às autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o licenciamento dos serviços que empregam os raios-X diagnósticos, assim como a fiscalização do cumprimento deste regulamento, sem prejuízo da observância de outros regulamentos federais, estaduais e municipais supletivos sobre a matéria.

b) Verificar o registro no Ministério da Saúde dos equipamentos de raios-X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa “bucky”, “bucky” mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico.

c) O Gestor do contrato será o Subsecretário de Redes Assistenciais e o Fiscal será o Gerente do Departamento de Clínicas Especializadas, que ficaram responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços, e a quem caberá promover a qualquer tempo auditorias destinadas a comprovação da adequada execução dos serviços, em conformidade com os quantitativos estabelecidos e padrões de qualidade exigíveis; remeter advertências à contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.

d) Periodicamente vistoriar as instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.



#### **4.2 - Da Sociedade Empresária Vencedora:**

**4.2.1** – Executar, pelo preço contratado, os serviços objeto deste Termo de Referência, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante.

**4.2.2** – Executar o objeto especificado na **ordem de serviço**, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência

**4.2.3** - Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

**4.2.4** – Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**4.2.5** - Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**4.2.6** - Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**4.2.7** - Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

**4.2.8** - Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos serviços executados.

**4.2.9** - Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

**4.2.10** - Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **4.2.11 - Compete, ainda, à empresa contratada, sem ônus adicional para o Município:**

##### **4.2.11.1 Quanto ao pessoal:**

a) Realizar os exames acima especificados e emitir os laudos pelos profissionais habilitados pelo órgão de classe correspondente, com prazo de, no máximo, 48 horas, ressalvando os casos de urgência que deverá ser emitido de IMEDIATO.

b) Providenciar manutenção preventiva mensal, o qual deverá ser apresentado através de relatório a ser entregue à Secretaria de Saúde com igual periodicidade, e corretiva, em até 24hs da ocorrência de defeito nos equipamentos utilizados para realização dos serviços.

c) Todos os exames realizados serão acondicionados em embalagem própria ao serem entregues aos pacientes.

d) Fornecer toda a mão de obra, equipamentos e insumos necessária a elaboração dos exames.



- e) Tratar os usuários do SUS, funcionários da Prefeitura, representantes dos Conselhos de Saúde e Ouvidoria com zelo e distinção.
- f) Afastar do serviço do SUS/Juiz de Fora, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável.
- g) Cumprir todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso dos equipamentos de segurança por seus empregados; implementando uma estrutura organizacional de modo a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de segurança.
- h) O município, sempre que julgar oportuno, fará avaliações da qualidade dos serviços prestados, seja com relação ao detalhamento dos laudos, ao atendimento aos pacientes, ao acatamento da fiscalização e ao trato com os funcionários do SUS.
- i) Cumprir todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso de equipamentos de segurança por funcionários e usuários, quando necessário.
- j) Executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com o que dispõe na Lei Federal nº 7.394/1985.
- k) Compelir os funcionários a se apresentarem uniformizados e identificados, de acordo com as respectivas funções.
- l) Responsabilizar-se pela totalidade do pessoal para execução dos serviços, ficando claro que o Município, através da Secretaria de Saúde, não fornecerá pessoal, mesmo que em caráter temporário.
- m) Emitir, obrigatoriamente, os laudos radiográficos, Indicando médico radiologista para a emissão de laudos impressos e com cópia em mídia magnética, no prazo máximo de 48 horas, ressaltando os casos de urgência que deverá ser emitido de IMEDIATO.

#### **4.2.114.2 Quanto aos equipamentos/insumos:**

- a) disponibilizar equipamentos novos, comprovado por nota fiscal, que atendam as exigências da ANVISA e demais legislações sobre a matéria;
- b) disponibilizar o quantitativo de equipamentos necessários à prestação de um serviço de qualidade, de acordo com o perfil e demanda.
- c) fornecer todo o material necessário à realização dos exames tais como filmes do tipo base verde sem janela, películas, reveladores e fixadores, filmes e químicos, chassis e equipamentos de proteção individual e outras da mesma natureza, necessários à execução dos serviços de raio-x;
- d) fornecer mão de obra para higienização e limpeza das salas onde serão realizadas os exames;
- e) prover vestimentas de proteção individual para a proteção dos pacientes, da equipe e de eventuais acompanhantes;

#### **4.11.2.3 Quanto à organização/operacionalização e às obrigações legais:**

- a) manter o controle de áreas do serviço: as salas onde se realizam os procedimentos devem possuir barreiras físicas com blindagem suficiente para garantir a manutenção de níveis de dose baixas, não ultrapassando os níveis de restrição de dose estabelecidos em regulamento;



- b) medir periodicamente, de acordo com as normas de segurança e diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico, o nível de radioatividade emitido pelos equipamentos no ambiente;
- c) implementar o programa de garantia da qualidade e manter os assentamentos dos dados obtidos, incluindo informações sobre ações corretivas; bem como apoiar o SPR nos programas de garantia de qualidade da imagem e otimização da proteção radiológica;
- d) manter um sistema de assentamento de dados, conforme discriminado em Regulamento, sobre os procedimentos radiológicos realizados, sistema de garantia da qualidade, controle ocupacional e treinamentos realizados;
- e) zelar pela integridade dos assentamentos por cinco anos, exceto de dados de monitoração individual que devem ser armazenados por um período mínimo de 30 anos após o término da atividade com radiação, exercida pelo indivíduo monitorado. Poderão ser utilizados meios adequados e armazenamento digital;
- f) estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem e verificar a sua manutenção, em conformidade com as Normas para Processo de Avaliação NR: NA 6/1 – ONA;
- g) o programa de garantia de qualidade deverá incluir, o assentamento dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos, assim como a documentação e verificação dos procedimentos operacionais e das tabelas de exposição, considerando os requisitos de proteção radiológica estabelecidos no Regulamento;
- h) manter a atualização do Relatório de Levantamento Radiométrico e Medida de Radiação de Fuga e Relatório de Testes de Constância de todos os equipamentos (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998);
- i) possuir inscrição no CRTR- Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, com autorização para o exercício da atividade na 3ª Região, comprovação mínima dos últimos 03 anos;
- j) fornecer um Plano Operacional Padrão (POP) da destinação final dos resíduos químicos, considerando o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (RDC 306 de 07/12/2004 e Resolução CONAMA 358/2005;
- k) assegurar à autoridade sanitária livre acesso a todas as dependências do serviço e manter à disposição todos os assentamentos e documentos especificados em regulamento (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998);
- l) investigar causas de desconformidade com as leis que regulam o exercício da atividade, identificando circunstâncias e consequências, adotando, ainda, as medidas cabíveis para corrigir as falhas detectadas e prevenir a recorrência de infrações similares, com apresentação de medidas corretivas das não-conformidades;
- m) possuir memorial descritivo de proteção radiológica que deverá conter, no mínimo: descrição do estabelecimento e de suas instalações – identificação do serviço e de seu responsável legal;
- n) descrição detalhada dos equipamentos e componentes (modelo, nº de série, nº de registro no MS, tipo de gerador, ano de fabricação, data de instalação, mobilidade e situação operacional);
- o) descrição dos sistemas de registro de imagem (sistema digital, outros);
- p) descrição de câmara escura, incluindo sistema de processamento;

q) responsabilizar-se pelo descarte de todo material usado (exemplificativamente: revelador, fixador e invólucros de películas).

r) garantir 1 local de realização dos exames de raio x oriundos do DCE Centro na região central de Juiz de Fora, preferencialmente no bairro Centro, e 1 local de realização dos exames oriundos do DCE Norte na região Norte, preferencialmente no bairro Benfica;

s) responder exclusiva e integralmente pelos espaços físicos destinados à realização dos exames de raio x oriundos do DCE Centro e DCE Norte, incluídos aluguéis, taxas de condomínio, energia elétrica, água, telefone, limpeza e manutenção predial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF;

## **5 - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

5.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços entregues será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

5.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

5.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **6 - CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.1. Ao iniciar a execução, a Contratada deverá apresentar relação dos profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem especialização na área em questão, através de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade.

6.2. As guias de encaminhamentos deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, em consonância com as determinações legais, especialmente em relação ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria.

6.3. A guia de autorização do procedimento deverá, obrigatoriamente, estar autorizadas pelo setor responsável da Secretaria de Saúde/Subsecretaria de Regulação.

6.4. A qualquer tempo, o município poderá fiscalizar e solicitar as comprovações de que os funcionários da empresa possuem situação regular perante ao INSS, FGTS e CRM e que atendam aos requisitos deste instrumento. O município, sempre que julgar oportuno, fará avaliações da qualidade dos serviços prestados, seja com relação às imagens obtidas, ao atendimento aos pacientes, ao acatamento às orientações da fiscalização e ao trato com os funcionários do SUS.

6.5. O serviço deverá ser executado de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora.

6.6. Caberá a(s) contratadas(s) apresentar relatório circunstanciado com a capacidade instalada, contendo relação de profissionais, equipamentos disponíveis, etc.

6.7. As clínicas serão obrigadas a manter os prontuários dos pacientes atendidos, nos quais devem ser anotados os dados dos pacientes, pessoais e clínicos.

6.8. Os prestadores não poderão transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato, salvo autorização, por escrito, da SS/PJF, sob pena de rescisão do contrato.

6.9. Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF.

6.10. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da SS.

6.11. Utilizar o sistema SIA/SUS, através do BPA Magnético, para apresentação da produção mensal.

6.12. Atendimento da RDC nº 50/2002, nos casos em que couber.

6.13. Deverá ser enviado, semanalmente, ao Departamento de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - DADT/SSR relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data e procedimento realizado, o qual deverá ser apresentado através de sistema de informação.

6.14. Os serviços deverão seguir as normatizações do manual do SIA/SUS e o cronograma de entrega da produção estipulado pelo Ministério da Saúde.

6.15. O prestador de serviços deverá garantir o número de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas, para execução dos serviços, atendendo aos quantitativos de equipamentos necessários.

6.16. Afixar aviso em locais visíveis sua condição de entidade integrante dos SUS.

## **7 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

7.1 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.2. Comprovação de inscrição no CRTR - Conselho de Técnicos em Radiologia com autorização para exercício da atividade na jurisdição da 3ª Região, bem com a comprovação dos últimos 03 anos.

7.3. Apresentar a documentação de Licença Ambiental para retirada de resíduos químicos, juntamente as devidas certidões reconhecidas pelos órgãos competentes, ou contrato com empresa devidamente licenciada e autorizada pelos órgãos competentes a recolher e transportar os resíduos oriundos da prestação dos serviços.

7.4 - Apresentar relação de profissionais que atuarão no serviço, com as respectivas comprovações de que possuam especialização para realização dos serviços, através de certificado emitido pelo órgão regulador da profissão, bem como comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade e devidamente cadastrados no CNES.

## **8. PESSOAL MÍNIMO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.1.** A contratada deverá garantir o quantitativo de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas para execução dos serviços, em conformidade com o horário de atendimento (de 7 às 18 horas.), de segunda a sexta-feira.

## **9. Regime de Contratação**

Os serviços serão contratados por regime de empreitada, através de preço unitário acordado no processo licitatório. O contrato a ser assinado se submeterá as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.

## **10. Proposta:**

- a) Os licitantes deverão discriminar o preço unitário para cada exame realizado, tomando como base os valores da tabela IPSEMG (Anexo I-A)
- b) Detalhamento dos Equipamentos que serão utilizados;
- c) Detalhamento dos equipamentos de proteção individual (EPI) que serão utilizados pelos profissionais.

## **11. Medição e Faturamento dos Serviços:**

Os pagamentos estão condicionados à apresentação e processamento da produção conforme cronograma estabelecido pela Secretaria de Saúde e do Ministério da Saúde, observados os seguintes procedimentos:

- a) Os serviços realizados deverão ser apresentados para processamento no Sistema DATASUS (SIA) para aprovação, conforme cronograma estipulado pelo Departamento de Cadastro, Contratos, Convênio e Programação Assistencial - DCCCPA/SSR/SS, em observância ao cronograma de envio da Base de Dados ao Ministério da Saúde/DATASUS, para efetivação do pagamento pelo Departamento Orçamentário, Financeiro e Contábil (DOFIC/SSAF/SS), conforme valor aprovado pelo Sistema.
- b) A nota fiscal será emitida após o processamento da produção pelo sistema DATASUS, consoantes valores aprovados pelo sistema.
- c) Todas as notas fiscais deverão vir acompanhadas das certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- d) Os valores a serem pagos observarão o valor unitário da Tabela SUS - SIGTAP para cada procedimento realizado e aprovado pelo sistema (SIA).
- e) O pagamento será efetuado por crédito em conta-corrente, na agência bancária indicada pela contratada no CNES, após o processamento e aprovação da produção pelo DCCCPA/SSR, através do Sistema- SIA, condicionado ao repasse dos recursos ao teto MAC pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde e o valor complementar ao recurso do Tesouro.
- f) o pagamento será liberado após o processamento da produção pelo Departamento de Cadastros, Contratos, Convênios e Programação Assistencial/SSR, mediante apresentação das notas fiscais e comprovantes dos procedimentos autorizados pelo SUS.

## **12. Do Reajuste de Preços:**

A ser acordado no processo licitatório, conforme disponibilidade de recursos da Secretaria de Saúde, considerando o recurso do teto MAC e recurso do Tesouro Municipal.





### 13. Dotação orçamentária:

Recursos do **Tesouro Municipal**: (para pagamento do valor processado – complemento à tabela SUS utilizando como referência a tabela ( IPSEMG):

PTRES:104063

Fonte: 0102160000

Natureza de Despesa: 339039

Recurso do **Bloco MAC** (para pagamento do valor processado – tabela SUS):

PTRES: 104063

Fonte: 0214010200

Natureza de Despesa: 339039



**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 – SS**

**ANEXO I-A**  
*(ARQUIVO DIGITAL, EM ANEXO)*

**TABELA PARA APURAÇÃO DO VALOR A SER PAGO TENDO COMO REFERÊNCIA A  
TABELA IPSEMG**



**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**

**ANEXO II**

**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº .....,  
sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s)  
....., e-mail para contato ....., neste ato  
representada pelo (a) Sr(a) ....., portador da cédula de identidade RG  
....., residente e domiciliado na ....., inscrito no CPF sob o nº  
....., detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe  
faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à ....., portador da cédula de  
identidade RG ....., e inscrito no CPF sob o nº ....., com o fim específico  
de representar a outorgante perante Prefeitura de Juiz de Fora, no Pregão Presencial nº 059/2017, podendo  
assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e  
ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos,  
enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Outorgante (reconhecer firma)

\_\_\_\_\_  
Outorgado



**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**

**ANEXO III**

**MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL**

Data:

Pregão Presencial nº 059/2017

À

Prefeitura de Juiz de Fora

A/C: Sr. Pregoeiro

Prezado Senhor,

A sociedade (s) empresária (s) ....., com sede na Rua/Av. ...., inscrita no CNPJ sob o nº ....., abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe o fornecimento/serviços do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Item nº	Objeto/ Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

Global da proposta (R\$)

- Validade da proposta: .....
- Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Carimbo do CNPJ

--

**\* A SOCIEDADE EMPRESÁRIA DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA A TABELA COM A RELAÇÃO DE EXAMES, CONFORME ANEXO I-A**



**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal Sr.(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ..... DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº .....,  
sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s)  
....., e-mail para contato ....., neste ato  
representada pelo(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº .....  
e do CPF nº ....., declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de  
habilitação estabelecidos no presente Edital do Pregão Presencial nº 059/2017, assim como tem pleno  
conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
....., portador da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF nº ....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em  
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não  
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de  
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (    )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.





**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante legal o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2017 - SS**

**ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM ..... E A  
\_\_\_\_\_.

....., neste ato representado por seu  
....., Sr. ...., com interveniência do (a) Secretário  
(a) de ....., Sr. ...., doravante denominado  
MUNICÍPIO e a \_\_\_\_\_ estabelecida à rua  
\_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, CNPJ nº ....., pelo seu  
representante infra-assinado Sr. ...., CPF nº ....., RG nº  
....., doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do  
Pregão Presencial nº 059/2017, conforme consta do processo administrativo próprio nº 02586/2017,  
firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº  
7.596/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 – É objeto deste instrumento a **prestação de serviços ambulatorial de diagnose por radiologia, destinados aos usuários do SUS, oriundos do Departamento de Clínicas Especializadas - DCE/SSRA/SS, considerando as normas e diretrizes da Portaria SVS/MS nº 453 de 1998, Lei nº 7394/1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dão outras providências; bem como a Resolução CONAMA nº 358 de 2005, a RDC da ANVISA nº 306/2004, RDC 50/2002 – ANVISA**, conforme especificações constantes do Anexo I edital do Pregão Presencial nº 059/2017, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. A CONTRATADA deverá estar obrigatoriamente credenciada ao SUS, através do cadastro no CNES.

1.3. Os serviços serão prestados, exclusivamente, por profissionais da licitante vencedora, a qual compete todas as despesas com mão de obra.

1.4. Devem ser consideradas todas as Portarias do SUS reguladoras do exercício dos serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde.

1.5. Os exames de diagnóstico por radiologia serão destinados **aos usuários do SUS, oriundos do DCE/SSRA/SS, compreendido pelo DCE Centro e DCE Norte.**

1.6. Nos termos do art. 199 da Constituição Federal e o Art. 24 da Lei 8.080/90, a prioridade na contratação dos prestadores se dará na seguinte ordem: instituições públicas, entidades filantrópicas e entidades sem fins lucrativos, e por último, os prestadores privados com fins lucrativos.

1.7. A empresa deverá apresentar a relação nominal dos procedimentos a serem ofertados, bem como o quantitativo.

1.8. Serão considerados na avaliação os prestadores privados que mais atenderem ao interesse público, considerando-se para a avaliação dos serviços, os critérios técnicos e os fatores relativos à qualidade do serviço requerido.

1.9. A contratada deverá estar localizada próxima do Departamento de Clínicas Especializadas (PAM Marechal – Rua Marechal Deodoro 496 – Centro), com vistas a facilitar o acesso da população



referenciada; acesso facilitado para pacientes com dificuldades de locomoção (elevador, escada rolante, rampa)

1.10. Deverá sobressair sobre as demais às empresas que atender todos os grupos de procedimentos licitados, bem como as exigências elencadas abaixo:

- Qualidade da apresentação de resultado exame com emissão de laudo;
- Procedência dos pacientes com a informação de hora/data exame realizado, observando o tempo;
- Tempo para realização/resultado;
- Recepção do paciente/relatório atendimento via sistema de informação a ser encaminhado semanalmente para Secretaria de Saúde/Subsecretaria de Regulação.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O presente contrato tem o valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) conforme lance vencedor registrado em Ata de Realização do Pregão, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores unitários os seguintes:

Item	Quant.	Descrição	Valor unitário	Marca
			R\$	

**2.1.1** - Os pagamentos estão condicionados à apresentação e processamento da produção conforme cronograma estabelecido pela Secretaria de Saúde e do Ministério da Saúde, observados os seguintes procedimentos:

- a) Os serviços realizados deverão ser apresentados para processamento no Sistema DATASUS (SIA) para aprovação, conforme cronograma estipulado pelo Departamento de Cadastro, Contratos, Convênio e Programação Assistencial - DCCCPA/SSR/SS, em observância ao cronograma de envio da Base de Dados ao Ministério da Saúde/DATASUS, para efetivação do pagamento pelo Departamento Orçamentário, Financeiro e Contábil (DOFIC/SSAF/SS), conforme valor aprovado pelo Sistema.
- b) A nota fiscal será emitida após o processamento da produção pelo sistema DATASUS, consoantes valores aprovados pelo sistema.
- c) Todas as notas fiscais deverão vir acompanhadas das certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- d) Os valores a serem pagos observarão o valor unitário da Tabela SUS - SIGTAP para cada procedimento realizado e aprovado pelo sistema (SIA).
- e) O pagamento será efetuado por crédito em conta-corrente, na agência bancária indicada pela contratada no CNES, após o processamento e aprovação da produção pelo DCCCPA/SSR, através do Sistema- SIA, condicionado ao repasse dos recursos ao teto MAC pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde e o valor complementar ao recurso do Tesouro.
- f) o pagamento será liberado após o processamento da produção pelo Departamento de Cadastros, Contratos, Convênios e Programação Assistencial/SSR, mediante apresentação das notas fiscais e comprovantes dos procedimentos autorizados pelo SUS.

2.2. Os pagamentos serão efetuados mediante depósito na seguinte conta bancária da CONTRATADA:

- Banco: \_\_\_\_\_
- Agência: \_\_\_\_\_
- Conta: \_\_\_\_\_ .

2.3. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.



2.3.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 2.3. ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

2.3.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

2.3.3. Quando ocorrer a situação prevista no item 2.3.2, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

2.3.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

2.4 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

2.4.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS, CND do INSS.

2.5 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.6 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, salvo disposições contidas na IN nº 024/2010 da SRCI/SSCI.

2.7- No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

2.8 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.9. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

2.10 - Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº .....

### **CLÁUSULA TERCEIRA -DO CONTRATO ,DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

3.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.



3.4.. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta continue se mostrando a mais vantajosa para a Administração, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes.

### **3.5. Do reajuste do contrato:**

3.5.1 – O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

3.5.2 – Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

3.5.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

3.5.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

### **3.6 – Regime de Contratação**

3.6.1. Os serviços serão contratados por regime de empreitada, através de preço unitário acordado no processo licitatório

### **3.7. DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

3.7.1. Ao iniciar a execução, a Contratada deverá apresentar relação dos profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem especialização na área em questão, através de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade.

3.7.2. As guias de encaminhamentos deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, em consonância com as determinações legais, especialmente em relação ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria.

3.7.3 A guia de autorização do procedimento deverá, obrigatoriamente, estar autorizadas pelo setor responsável da Secretaria de Saúde/Subsecretaria de Regulação.

3.7.4. A qualquer tempo, o município poderá fiscalizar e solicitar as comprovações de que os funcionários da empresa possuem situação regular perante ao INSS, FGTS e CRM e que atendam aos requisitos deste instrumento. O município, sempre que julgar oportuno, fará avaliações da qualidade dos serviços prestados, seja com relação às imagens obtidas, ao atendimento aos pacientes, ao acatamento às orientações da fiscalização e ao trato com os funcionários do SUS.

3.7.5. O serviço deverá ser executado de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora.

3.7.6. Caberá a(s) contratadas(s) apresentar relatório circunstanciado com a capacidade instalada, contendo relação de profissionais, equipamentos disponíveis, etc.

3.7.7. As clínicas serão obrigadas a manter os prontuários dos pacientes atendidos, nos quais devem ser anotados os dados dos pacientes, pessoais e clínicos.

3.7.8. Os prestadores não poderão transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato, salvo autorização, por escrito, da SS/PJF, sob pena de rescisão do contrato.



3.7.9. Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF.

3.7.10. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da SS.

3.7.11. Utilizar o sistema SIA/SUS, através do BPA Magnético, para apresentação da produção mensal.

3.7.12. Atendimento da RDC nº 50/2002, nos casos em que couber.

3.7.13. Deverá ser enviado, semanalmente, ao Departamento de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - DADT/SSR relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data e procedimento realizado, o qual deverá ser apresentado através de sistema de informação.

3.7.14. Os serviços deverão seguir as normatizações do manual do SIA/SUS e o cronograma de entrega da produção estipulado pelo Ministério da Saúde.

3.7.15. O prestador de serviços deverá garantir o número de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas, para execução dos serviços, atendendo aos quantitativos de equipamentos necessários.

3.7.16. Afixar aviso em locais visíveis sua condição de entidade integrante dos SUS.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES**

### **4.1 – Da Unidade Requisitante:**

**4.1.1** - Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

**4.1.2** – Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

**4.1.3** - Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

**4.1.4** - Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

**4.1.5** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

**4.1.7** - Impedir que terceiros prestem os serviços objeto deste Contrato

**4.1.8** - Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

**4.1.9**- Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

**4.1.10** - Compete ao, ainda ao Município :



- a) Compete às autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o licenciamento dos serviços que empregam os raios-X diagnósticos, assim como a fiscalização do cumprimento deste regulamento, sem prejuízo da observância de outros regulamentos federais, estaduais e municipais supletivos sobre a matéria.
- b) Verificar o registro no Ministério da Saúde dos equipamentos de raios-X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa “bucky”, “bucky” mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico.
- c) O Gestor do contrato será o Subsecretário de Redes Assistenciais e o Fiscal será o Gerente do Departamento de Clínicas Especializadas, que ficaram responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços, e a quem caberá promover a qualquer tempo auditorias destinadas a comprovação da adequada execução dos serviços, em conformidade com os quantitativos estabelecidos e padrões de qualidade exigíveis; remeter advertências à contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.
- d) Periodicamente vistoriar as instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.

#### **4.2 - Da Sociedade Empresária Vencedora:**

**4.2.1** – Executar, pelo preço contratado, os serviços objeto deste Contrato segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante.

**4.2.2** – Executar o objeto especificado na **ordem de serviço**, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste Contrato

**4.2.3** - Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

**4.2.4** – Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**4.2.5** - Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**4.2.6** - Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**4.2.7** - Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

**4.2.8** - Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos serviços executados.

**4.2.9** - Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

**4.2.10** - Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





**4.2.11 - Compete, ainda, à empresa contratada, sem ônus adicional para o Município:**

**4.2.11.1 Quanto ao pessoal:**

- a) Realizar os exames acima especificados e emitir os laudos pelos profissionais habilitados pelo órgão de classe correspondente, com prazo de, no máximo, 48 horas, ressalvando os casos de urgência que deverá ser emitido de IMEDIATO.
- b) Providenciar manutenção preventiva mensal, o qual deverá ser apresentado através de relatório a ser entregue à Secretaria de Saúde com igual periodicidade, e corretiva, em até 24hs da ocorrência de defeito nos equipamentos utilizados para realização dos serviços.
- c) Todos os exames realizados serão acondicionados em embalagem própria ao serem entregues aos pacientes.
- d) Fornecer toda a mão de obra, equipamentos e insumos necessária a elaboração dos exames.
- e) Tratar os usuários do SUS, funcionários da Prefeitura, representantes dos Conselhos de Saúde e Ouvidoria com zelo e distinção.
- f) Afastar do serviço do SUS/Juiz de Fora, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável.
- g) Cumprir todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso dos equipamentos de segurança por seus empregados; implementando uma estrutura organizacional de modo a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de segurança.
- h) O município, sempre que julgar oportuno, fará avaliações da qualidade dos serviços prestados, seja com relação ao detalhamento dos laudos, ao atendimento aos pacientes, ao acatamento da fiscalização e ao trato com os funcionários do SUS.
- i) Cumprir todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso de equipamentos de segurança por funcionários e usuários, quando necessário.
- j) Executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com o que dispõe na Lei Federal nº 7.394/1985.
- k) Compelir os funcionários a se apresentarem uniformizados e identificados, de acordo com as respectivas funções.
- l) Responsabilizar-se pela totalidade do pessoal para execução dos serviços, ficando claro que o Município, através da Secretaria de Saúde, não fornecerá pessoal, mesmo que em caráter temporário.
- m) Emitir, obrigatoriamente, os laudos radiográficos, Indicando médico radiologista para a emissão de laudos impressos e com cópia em mídia magnética, no prazo máximo de 48 horas, ressalvando os casos de urgência que deverá ser emitido de IMEDIATO.

**4.2.11.2 Quanto aos equipamentos/insumos:**

- a) disponibilizar equipamentos novos, comprovado por nota fiscal, que atendam as exigências da ANVISA e demais legislações sobre a matéria;
- b) disponibilizar o quantitativo de equipamentos necessários à prestação de um serviço de qualidade, de acordo com o perfil e demanda.

- c) fornecer todo o material necessário à realização dos exames tais como filmes do tipo base verde sem janela, películas, reveladores e fixadores, filmes e químicos, chassis e equipamentos de proteção individual e outras da mesma natureza, necessários à execução dos serviços de raio-x;
- d) fornecer mão de obra para higienização e limpeza das salas onde serão realizadas os exames;

e) prover vestimentas de proteção individual para a proteção dos pacientes, da equipe e de eventuais acompanhantes;

#### **4.11.2.3 Quanto à organização/operacionalização e às obrigações legais:**

a) manter o controle de áreas do serviço: as salas onde se realizam os procedimentos devem possuir barreiras físicas com blindagem suficiente para garantir a manutenção de níveis de dose baixas, não ultrapassando os níveis de restrição de dose estabelecidos em regulamento;

b) medir periodicamente, de acordo com as normas de segurança e diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico, o nível de radioatividade emitido pelos equipamentos no ambiente;

c) implementar o programa de garantia da qualidade e manter os assentamentos dos dados obtidos, incluindo informações sobre ações corretivas; bem como apoiar o SPR nos programas de garantia de qualidade da imagem e otimização da proteção radiológica;

d) manter um sistema de assentamento de dados, conforme discriminado em Regulamento, sobre os procedimentos radiológicos realizados, sistema de garantia da qualidade, controle ocupacional e treinamentos realizados;

e) zelar pela integridade dos assentamentos por cinco anos, exceto de dados de monitoração individual que devem ser armazenados por um período mínimo de 30 anos após o término da atividade com radiação, exercida pelo indivíduo monitorado. Poderão ser utilizados meios adequados e armazenamento digital;

f) estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem e verificar a sua manutenção, em conformidade com as Normas para Processo de Avaliação NR: NA 6/1 – ONA;

g) o programa de garantia de qualidade deverá incluir, o assentamento dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos, assim como a documentação e verificação dos procedimentos operacionais e das tabelas de exposição, considerando os requisitos de proteção radiológica estabelecidos no Regulamento;

h) manter a atualização do Relatório de Levantamento Radiométrico e Medida de Radiação de Fuga e Relatório de Testes de Constância de todos os equipamentos (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998);

i) possuir inscrição no CRTR- Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, com autorização para o exercício da atividade na 3ª Região, comprovação mínima dos últimos 03 anos;

j) fornecer um Plano Operacional Padrão (POP) da destinação final dos resíduos químicos, considerando o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (RDC 306 de 07/12/2004 e Resolução CONAMA 358/2005;

k) assegurar à autoridade sanitária livre acesso a todas as dependências do serviço e manter à disposição todos os assentamentos e documentos especificados em regulamento (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998);

l) investigar causas de desconformidade com as leis que regulam o exercício da atividade, identificando circunstâncias e consequências, adotando, ainda, as medidas cabíveis para corrigir as falhas detectadas e prevenir a recorrência de infrações similares, com apresentação de medidas corretivas das não-conformidades;



- m) possuir memorial descritivo de proteção radiológica que deverá conter, no mínimo: descrição do estabelecimento e de suas instalações – identificação do serviço e de seu responsável legal;
- n) descrição detalhada dos equipamentos e componentes (modelo, nº de série, nº de registro no MS, tipo de gerador, ano de fabricação, data de instalação, mobilidade e situação operacional);
- o) descrição dos sistemas de registro de imagem (sistema digital, outros);
- p) descrição de câmara escura, incluindo sistema de processamento;
- q) responsabilizar-se pelo descarte de todo material usado (exemplificativamente: revelador, fixador e invólucros de películas).
- r) garantir 1 local de realização dos exames de raio x oriundos do DCE Centro na região central de Juiz de Fora, preferencialmente no bairro Centro, e 1 local de realização dos exames oriundos do DCE Norte na região Norte, preferencialmente no bairro Benfica;
- s) responder exclusiva e integralmente pelos espaços físicos destinados à realização dos exames de raio x oriundos do DCE Centro e DCE Norte, incluídos aluguéis, taxas de condomínio, energia elétrica, água, telefone, limpeza e manutenção predial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF;

## **CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

5.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços entregues será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

5.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

5.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste contrato, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1- Os casos de inexecução do objeto deste Contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.



6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 6.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 6.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperação judicial e extrajudiciais da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

6.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

6.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Requisitante, na pessoa da autoridade competente, gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO**

7.1 - A CONTRATADA somente poderá ceder, parcialmente, o objeto do contrato, mediante prévia e expressa autorização da autoridade gestora da despesa e desde que o cessionário preencha os requisitos de habilitação jurídica, financeira, técnica e fiscal consignados no ato convocatório do certame.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.



**Prefeito**

**Secretário** .....

**Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

- 1) \_\_\_\_\_  
2) \_\_\_\_\_